

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO NÓS PROPOMOS!

Leticia Chulek ¹
Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes ²

RESUMO

O artigo com base no estado da arte problematiza a relação entre os jovens e os espaços públicos, com ênfase nas praças, nos parques e nas áreas verdes. Com o recorte temporal de 2018 a 2023, o levantamento identificou 96 artigos, em periódicos de qualificação B1 ou superior, destes, analisou-se 21 deles com discussões relacionadas a compreensão do tema e a educação geográfica. Compreende-se que a educação para a sustentabilidade deve ser interdisciplinar, holística e contextualizada ao local de vivência do educando, como mecanismo para o incentivo ao pensamento crítico e a capacidade de solução dos problemas. Uma das discussões que potencializam essa problematização na escola, diz respeito ao uso e apropriação de praças e parques pelos jovens, pois estes espaços permitem a sociabilidade dos mesmos e constitui-se em uma cena de visibilidade para o modo de ser jovem. Porém, contraditoriamente, com demonstrada nas pesquisas analisadas neste artigo, há uma fragilidade de políticas públicas destinadas a cultura, a mobilidade e ao lazer. E, dentre os principais aspectos, os autores destacaram: a precarização dos espaços públicos; a acessibilidade; a sociabilidade juvenil; os interesses dos jovens por espaços públicos; a privatização do espaço público; a violência e a sensação de insegurança. Elementos que podem ser problematizados na escola, por meio da educação geográfica.

Palavras-chave: Educação; Sustentabilidade, jovens , espaços públicos, Geografia.

RESUMEN

El artículo, basado en el estado del arte, problematiza la relación entre los jóvenes y los espacios públicos, con énfasis en plazas, parques y áreas verdes. Con el horizonte temporal de 2018 a 2023, la encuesta identificó 96 artículos, en revistas con calificación B1 o superior, de los cuales 21 fueron analizados con discusiones relacionadas con la comprensión del tema y la educación geográfica. Se entiende que la educación para la sostenibilidad debe ser interdisciplinaria, holística y contextualizada al lugar de experiencia del estudiante, como mecanismo para fomentar el pensamiento crítico y la capacidad de resolución de problemas. Una de las discusiones que potencia esta problematización en la escuela se refiere al uso y apropiación de plazas y parques por parte de los jóvenes, ya que estos espacios les permiten ser sociables y constituyen un escenario de visibilización del modo de ser joven. Sin embargo, contraditoriamente, como demuestran las investigaciones analizadas en este artículo, existe una debilidad en las políticas públicas dirigidas a la cultura, la movilidad y el ocio. Y, entre los principales aspectos, los autores destacaron: la precariedad de los espacios públicos; accesibilidad; sociabilidad juvenil; los intereses de los jóvenes en los espacios públicos; la

¹ Mestranda no Curso de Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, leticia.chulek@gmail.com;

² Pós Doutora em Geografia e professora do Programa de Pós Graduação em Geografia e da graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, marquiana@unicentro.com;

privatización del espacio público; La violencia y el sentimiento de inseguridad. Elementos que pueden ser problematizados en la escuela, a través de la educación geográfica.

Palabras clave: Educación; Sostenibilidad, jóvenes, espacios públicos, Geografía.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo problematizar a importância do ensino de geografia para a educação na perspectiva das cidades sustentáveis. Para isso, busca analisar as contribuições do Projeto Nós Propomos!, para a formação cidadã no que diz respeito a compreensão dos espaços públicos de lazer para os jovens em cidades pequenas.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado que cujo objeto de estudo é a inovação na educação geográfica, e para isso analisa as diferentes metodologias de ensino em algumas escolas públicas do estado do Paraná e o potencial do ensino baseado na resolução de problemas. A escolha do projeto Nós Propomos! nesta perspectiva, diz respeito a centralidade de sua metodologia no protagonismo dos alunos e no engajamento em causas sociais com base territorial, com o objetivo da formação para a cidadania territorial (MORAIS, SOUZA, GOMES, MENEZES, 2022).

A base do projeto tem origem nas ações realizadas na Universidade de Lisboa, desde 2012, mas tem se expandido para outros países, dentre eles o Brasil (CLAUDINO, 2019). Uma das Universidades brasileiras que tem implementado essa ação, é a Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO. Nesta, articula-se a metodologia do Nós Propomos! aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030, proposto pela Organização das Nações Unidas – ONU, e aos objetivos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.

A UNESCO propõe que no espaço escolar a aplicação da educação voltada para a sustentabilidade seja interdisciplinar e holística integrada em todo o currículo, para isso, a discussão deve ser fundamentada e contextualizada ao local de vivência do educando, como mecanismo para o incentivo ao pensamento crítico e a capacidade de solução dos problemas, cujos conhecimentos adquiridos possam ser aplicados durante a vida dos alunos.

Deste modo, no contexto socioeducacional defende tratar o respeito às diferenças e a busca pelo direito a qualidade de vida e, além disso, a maneira como a educação pode influenciar na formação do cidadão e a sua relação com o meio e com a cidade, na interação entre escala local e global. Em relação as ODS, um dos objetivos é das Cidades e Comunidades

sustentáveis que é a busca por tornar as cidades e os assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. A problematização desses objetivos na educação básica é um bom caminho para alcançá-los na medida em que promove a mobilização das pessoas, em especial os jovens, para entender a importância da mudança cultural.

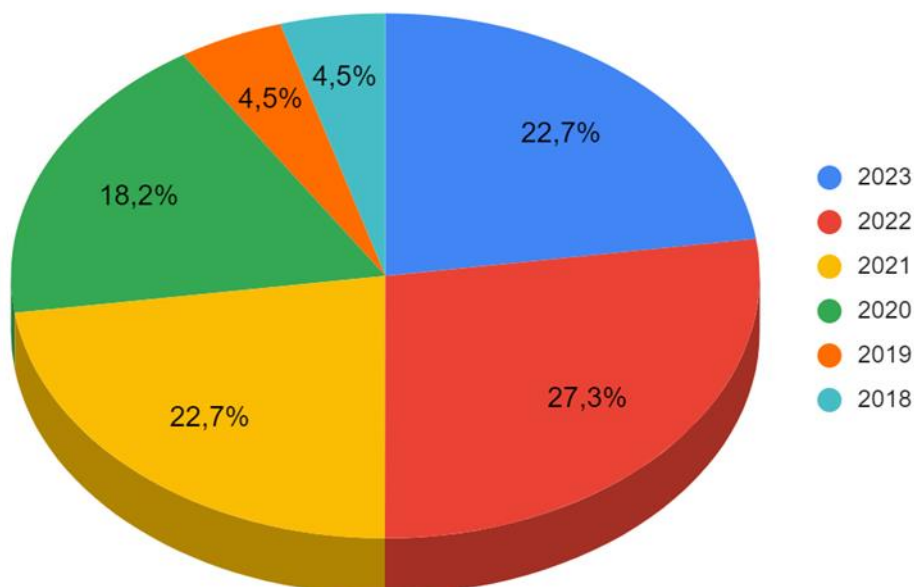
Nesse artigo, desenvolvemos uma discussão sobre essa temática, com vistas a problematizar a importância dessa reflexão sobre a educação para a sustentabilidade e o potencial do Projeto Nós Propomos! para essa abordagem. Para isso, na sequência indica-se a metodologia adotada e, na sequência, as questões centrais que integram as preocupações sobre educação para a sustentabilidade e sua relação com os espaços públicos de lazer nas cidades voltados para os jovens.

METODOLOGIA

O texto é um ensaio bibliográfico que buscará apresentar o Estado da Arte (Ens, 2006) sobre pesquisas com juventude e os espaços de lazer nas cidades, por meio da pesquisa na base de dados dos periódicos da CAPES no período de 2018-2023, com recorte para revistas com qualificação igual ou acima de B1. Do total de 1.422 revistas vinculadas a plataforma sucupira, foi encontrado 96 trabalhos sobre as áreas de lazer e a juventude nas cidades (figura 2). Destes, foram selecionados 21 artigos no período que tinham relação direta com o ensino de geografia. Na figura 01 podemos observar os anos em que ocorreram as publicações, lembrando que a pesquisa teve como recorte os anos de 2018-2023. É possível perceber que nos últimos três anos, 2021, 2022 e 2023 estão muito próximos em número de publicações e que tiveram um aumento significativo em relação aos últimos anos, sendo assim um tema que vem crescendo nos últimos anos. Dos trabalhos identificados foram selecionados 21 deles para fazer uma análise mais aprofundada. Neste, vamos destacar 10 tópicos que são muito interessantes ao tema.



Figura 01. Artigos relacionados aos espaços públicos e áreas verdes no período de 2018-2023.



Fonte: Organização. Autoras2023.

Outro aspecto comum entre as pesquisas é que 63,06% têm uma área definida para investigação, cujo recorte territorial é de uma área da cidade, como um bairro ou uma praça importante no cenário local.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação para a cidadania e para os direitos humanos cresceu no Brasil com o processo de redemocratização, na educação não formal, como uma estratégia de mobilização, formação e organização na busca pelos direitos civis, políticos, econômicos, culturais e sociais. Como sugere Zenaide e Tosi (2004) a educação e os direitos humanos andam junto com as lutas sociais, pela construção de uma sociedade igualitária e justa, e mais tarde amplia-se para a educação formal na busca de um outro público e uma maior abrangência. Ela torna-se uma importante frente para a recuperação dos direitos, depois de duas décadas de ditadura militar (entre 1964-1985).

Para Silva e Pereira (2016), a escola é um ambiente de inclusão, englobando acesso e permanência, sempre com um lugar nas reivindicações populares. O processo educativo e a cidadania são interligados, a escola é um lugar de socialização pautado na democracia, que

busca o respeito a diferença e a luta por uma sociedade mais justa. No ambiente escolar, construir a cidadania passa por uma formação crítica, com conteúdos oriundos dos campos científicos, artísticos e filosóficos, sempre considerando as contradições do sistema.

Para a UNESCO a educação para um desenvolvimento sustentável, é uma forma de mudar como as pessoas pensam e agem para um futuro ambientalmente mais saudável, e para isso, precisa ser capaz de ajudar a entender o espaço em que se vive, tratando da complexidade e dos inter-relacionamentos. Do ponto de vista da didática, defende-se nos métodos participativos de ensino para motivar e empoderar os estudantes para que busquem comportamentos e atitudes mais críticos e reflexivos sobre cenários futuros e tomada de decisões de forma colaborativa.

Uma educação sustentável busca desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos, respeitando a diversidade e contribuindo para a criação de um mundo mais sustentável. Para Gadotti (2006, p. 135) “temos uma Escola Cidadã e uma Cidade Educadora quando existe diálogo entre a escola e a cidade.” Para se pensar o ensino para as cidades sustentáveis também tem de se pensar os jovens no ambiente das cidades, pois segundo CASSAB (2010 p. 37) a " a cidade é o próprio espaço da política, do encontro de ideias, dos ideais, das realidades e das possibilidades, onde sujeitos desiguais disputam o seu uso e a sua apropriação, confrontando-se, permanentemente, pelos seus direitos. ". Segundo a autora, para isso, deve-se levar em consideração os mecanismos de desigualdade social, pois a cidade é um espaço que é fortemente marcado por disparidades, diferenciações e distinções sociais o que acaba impondo usos restritos dos espaços, muitas vezes vistos com naturalidade o que acaba inviabilizando aos jovens o direito à cidade.

As estratégias educativas em EDS -Educação para o Desenvolvimento Sustentável, tem sido desenvolvida por muitos países, é um elemento chave dos discursos, debates internacionais, convenções sobre desenvolvimento sustentável e acordos ambientais, buscando possibilitar à educação, a formação e a sensibilização do público como essencial à aplicação de princípios voltados ao desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2014).

É necessário pensar a escola como a continuidade do lugar em que se vive e onde se aprende a exercer a cidadania dentro e fora da sala de aula (BRITO, 2014). O reconhecimento da importância de um espaço educacional voltado à sustentabilidade ganhou destaque a partir da Conferência Internacional Rio/92, onde representantes de mais de 170 países assinaram tratados que ressaltaram a importância do ambiente da escola para o alcance de um planeta justo e equilibrado, a partir do desenvolvimento de ações desenvolvidas a nível local, nacional e global (BRASIL, 1997).

Foi proposta pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, para o período de 2015- 2030 (Agenda 20-30), a inserção da Educação para a Sustentabilidade nos espaços escolares de forma que os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para a promoção de direitos humanos, igualdade de gênero, cidadania global e valorização de uma diversidade cultural voltada para a paz, que sejam capazes de contribuir para a construção de uma cultura voltada para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2014).

Dentre os objetivos da ODS, temos o objetivo 11, cidades e comunidades sustentáveis, e nele, o objetivo 11.7 que trata, da busca de até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes. Neste, destaca-se a importância de educar para que as ações sejam responsáveis e com sensibilidade, para um ambiente saudável no presente e para o futuro; para que possam exigir e respeitar os direitos próprios e da comunidade, quanto às suas relações com o ambiente (BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997).

Como traz Spósito (2007) a visibilidade do jovem dentro das políticas públicas é recente, pois, por muito tempo ele foi visto como um problema, uma ameaça à ordem social. A partir de estudos iniciados e incentivados pela UNESCO começou-se a pensar no jovem, a vê-lo como um ator social e até mesmo um agente estratégico do desenvolvimento. Se criou várias comissões de jovens em busca de seus direitos e políticas públicas voltadas para esse grupo social. E, entre um desses direitos, está o lazer e o acesso aos espaços públicos que proporcionem uma mobilidade e um ambiente de experimentação, proporcionando uma passagem digna à vida adulta.

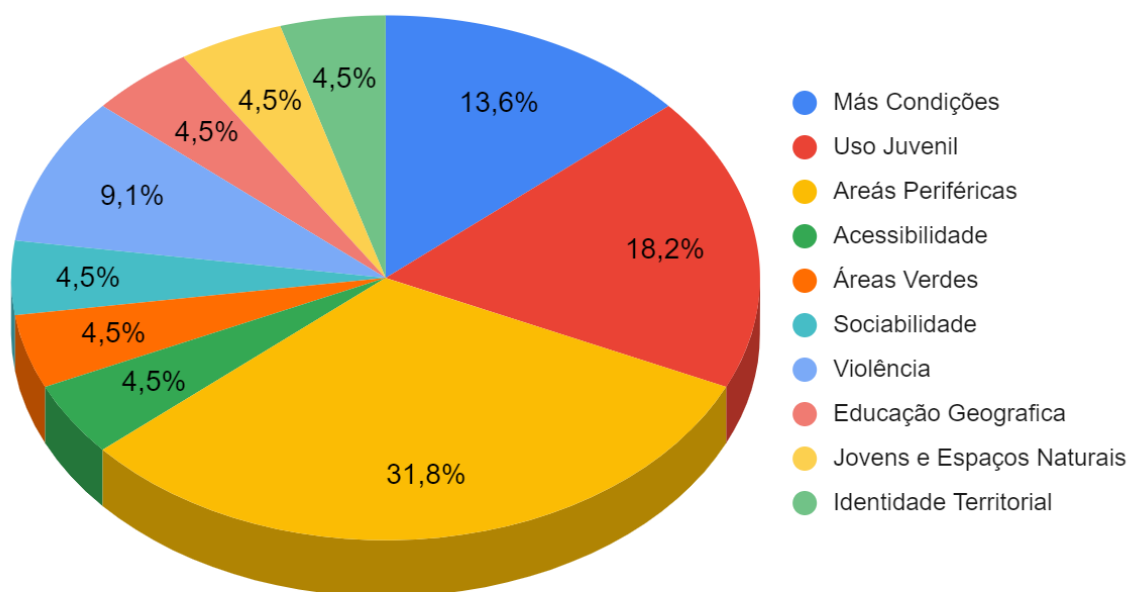
O projeto Nós Propomos! tem na sua metodologia uma riqueza de oportunidades para atingir esses objetivos seja porque propõe que os jovens observem a cidade e escolham quais são os temas de seu interesse, para estudá-los, seja porque promove um processo de investigação no qual os jovens saem as ruas para conversar com a população, assim como são incentivados a estudar as políticas públicas que orientam o planejamento das cidades. Além do diagnóstico que elaboram também são orientados a propor soluções, o que os coloca no centro do debate, na medida em exige reflexão e crítica sobre o espaço vivido, o que, por sua vez, gera sentimentos de pertencimento e comprometimento comunitário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Na pesquisa, foram identificados 10 temas principais (figura 02), no contexto dos 21 trabalhos analisados. As discussões giram em torno de: condições de infraestrutura das praças em áreas periféricas; os usos que os jovens destinam aos espaços públicos como praças, parques e áreas verdes; a informatização desses espaços, particularmente ao papel do ciberespaço na sociabilidade juvenil em espaços públicos; as memórias que as praças e parques produzem na população de uma cidade; a acessibilidade; a segregação socioespacial; a identidade territorial; o uso de praças e parques na transformação da realidade dos jovens. Outro aspecto importante é que a maior parte dos trabalhos tem como pano de fundo a discussão sobre o direito a cidade e como referência principal a obra de Henri Lefebvre (1991).

FIGURA 02: Temas identificados nos artigos em periódicos de 2018 a 2023.



Fonte: Organização Autoras (2023).

Para abordagem neste trabalho, optou-se por organizar os artigos em categorias e por meio delas, problematizar a relação entre os jovens e os espaços públicos, particularmente as praças e parques. Para isso, na leitura aprofundada dos artigos identificou-se 07 focos centrais das pesquisas sobre o tema. São eles: a precarização dos espaços públicos; a acessibilidade; a sociabilidade juvenil; os interesses dos jovens por espaços públicos; a privatização do espaço público; a violência e a sensação de insegurança; e a educação geográfica.

Em relação a precarização dos espaços públicos, destaca-se os trabalhos de Souza (2023); Savelli e Gomes (2022); Oliveira e Silva (2022), os quais buscam compreender as condições das praças e parques num contexto social mais amplo. Realizando uma reflexão sobre os estudos dos espaços públicos, Souza (2023) argumenta que há uma narrativa regressiva destes espaços, geralmente demonstrando o nascimento, o amadurecimento, a regressão e a decadência dos espaços públicos, e sua relação com a política, a publicidade e a privacidade, no que diz respeito ao uso que os jovens fazem deste espaços. Na mesma direção, porém como o objetivo de mapear e identificar as condições das praças públicas em Uberaba (MG), Savane e Gomes (2022), problematizam que elas são elementos do espaço urbano que tendem a favorecer ao lazer e ao descanso, mas é também um espaço que ajuda a compreender a dinâmicas sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais que ocorrem nas cidades. Elas são elementos políticos na paisagem urbana, pois são espaços públicos de uso comum e que possibilitam que todos os tipos de usuário tenham acesso e as utilizem de forma gratuita, mesmo quando há precariedade de condições.

Contudo, com o crescimento da malha urbana há também a necessidade de construção de novos espaços, já que não há praças que supram todas as necessidades da população, principalmente nas áreas periféricas (Oliveira e Silva, 2022). Outro aspecto é que cada um dos espaços possui a sua própria identidade e dinâmica social e apesar da precariedade dos equipamentos, da ausência dos imobiliários e harmonização, elas possuem uma função social.

A preocupação com a infraestrutura também incorpora outra dimensão, a da acessibilidade em praças e parques. Considerando que o lazer é direito de todos, a presença de infraestrutura é um fator fundamental para a mobilidade de pessoas com deficiência e, embora isso seja garantido em lei, não é isso que tem ocorrido na prática. Diante dessa realidade, Régis e Nogueira (2021) afirmam que os jovens com deficiência, mesmo com a inexistência da acessibilidade ainda criam alternativas para apropriar-se dos espaços públicos.

Em relação a sociabilidade, Souza (2022) argumenta que há na história diferentes formas de interação social que ocorre nos espaços públicos nas cidades. Nessa direção, uma pesquisa com jovens do sul do Brasil, realizada por Eckert e Brandli (2020), buscou identificar as preferências dos jovens do Sul do Brasil e, nesta, foi possível compreender que os jovens optam por frequentar espaços verdes urbanos devido ao bem-estar e ao elo afetivo proporcionado pelo espaço, independente da infraestrutura que ele possui, daí a necessidade da distribuição das áreas naturais das cidades. Para melhorar as condições dos espaços, é preciso realizar atividades culturais, além de revitalizar os mobiliários e equipamentos. Um exemplo disso, foi

demonstrado na pesquisa de Sousa e Bastos (2023), os quais relataram sobre como aulas de skate para jovens transformou a ocupação das áreas públicas de lazer em uma comunidade do Rio de Janeiro. Apesar do descaso governamental e da má condição do espaço, marcadas por profundas desigualdades entre os espaços, a atividade promoveu também transformações sociais na comunidade.

O que os trabalhos evidenciam é que o uso e apropriação de praças e parques pelos jovens garantem a sociabilidade dos mesmos, pois constitui-se em uma cena de visibilidade para o modo de ser jovem, porém, contraditoriamente, há uma fragilidade de políticas públicas destinadas a cultura, a mobilidade e ao lazer, incluindo a educação dos jovens (TOLEDO, 2021).

Porém, em lugares onde há uma revitalização das áreas associadas as manifestações culturais potencializam a apropriação dos espaços. Um exemplo, tem sido as cidades que investem no ciberespaço, iniciativa que considera como o jovem usa seu tempo no espaço virtual. Essa informatização garante, conforme Reis (2023), mais digitalização nos espaços da cidade, as ruas, os bairros, as praças e os parques e marcam a socialização online juvenil, e, neste aspecto, o autor esclarece que as postagens dos jovens expressam interfaces entre a cidade e a web.

Outro aspecto enfatizado nos trabalhos diz respeito a privatização dos espaços públicos. Sobre isso, Bender e Goés (2022) discutem as novas relações entre espaços públicos e espaços privados. A partir do plano diretor de Chapecó - SC, os autores verificam uma série de ações e leis que tendem a afastar os jovens do centro da cidade, principalmente, os das periferias, além de ações do próprio município estudado que regulamentam e promovem a expansão de interesses comerciais sobre a gestão dos espaços públicos e, sobretudo promovem o processo de fragmentação socioespacial.

Ainda sobre a relação público-privada, Franca (2019), discute as dificuldades enfrentadas para a utilização dos espaços públicos, tanto pelos jovens, como pelas mulheres, devido a varios fatores, um desses fatores segundo o autor é a invasão que os espaços de lazer tem sofrido pelo capital, em busca de lucro e aumento da renda, transformando os espaços de lazer em áreas de comércio. Porém para o autor, cada vez mais, os espaços de lazer, tem alcançado seus objetivo de se tornar um espaço de vida coletiva, sejam eles públicos ou privados, a população tem utilizados cada vez mais desses espaços para o lazer.

Além dessa questão, um aspecto diz respeito a violência, uma dimensão significativa que interfere na presença dos jovens nesses espaços e, faz com que eles, segundo Pinto, Fiuza,

Gomes e Pereira (2022), preferem frequentar espaços como a igreja, o cinema, em detrimento dos espaços públicos. Esses autores, realizaram pesquisa com 618 jovens e, destes, 50% disseram ter medo de sair das suas residências, devido à violência, o que os leva a modificarem o comportamento devido a esse medo. Tal sentimento, tem como consequência a restrição cada vez maior nos usos dos espaços públicos de lazer e de manifestações culturais (BARRETO e SANTANA, 2020). Ainda sobre isso, há, notadamente, ausência de uma gestão governamental e de políticas públicas que deixem os ambientes mais seguros.

Refletir sobre a cidade e a complexidade do espaço urbano e, neste caso, o uso e apropriação dos espaços públicos (praças, parques e demais áreas verdes) pelos jovens pode ser uma dimensão da educação geográfica na escola. Além de ser um tema que relaciona-se com o cotidiano dos jovens, também pode ser um ponto de partida para entender a fragmentação da cidade e dimensões da segregação socio espacial. Os homens e mulheres que habitam em lugares que é marcado pela insegurança, pela violência, moradias precárias, falta de infraestrutura e acesso a serviços básicos são os mesmos que tem falta de espaços para lazer. Desse modo, a mediação didática a problematização desses temas pode construir para a construção de um conceito em que os jovens alunos identifiquem as dimensões desses processos no seu cotidiano e, como isso, indica um limite sobre a sua relação com a cidade (CAVALCANTI E ARAÚJO, 2018).

Isso porque, embora seja um dimensão da vida de quem mora na cidade, a pesquisa realizada por Majewski, Vendruscolo e Zakrzewski, 2023, demonstrou que, segundo jovens-adolescentes, entrevistados por eles, a televisão é ainda a principal fonte de informação sobre as áreas verdes urbanas, seguida pelas mídias sociais. O que demonstra o potencial que a incorporação dessa temática no currículo, poderia ter quanto a articulação entre o cotidiano e o conhecimento científico.

É nesse contexto que ações do Projeto Nós propomos! Guarapuava se apresenta com muito potencial para a formação crítica e social do estudante articulando conhecimento científico e cotidiano. No projeto duas pesquisas com jovens, envolveu a discussão dos espaços públicos da cidade. Para além da problematização dos conceitos científicos relacionados a produção do espaço urbano e seu ordenamento espacial, a metodologia do projeto incluiu análise do plano de diretor, problematização sobre o papel do poder público e soluções possíveis para melhorar o ambiente da cidade, seja na ampliação destas áreas ou revitalização destas (GOMES, 2023, et al.).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para o desenvolvimento sustentável segue-se na direção de um caminho relevante para o desenvolvimento social e para o enfrentamento dos desafios ambientais e econômicos, equilibrando três pilares da sustentabilidade: o ambiente, o social e o econômico (MONTENEGRO, ARAÚJO, MELO, PETROVICH, 2018). As estratégias educacionais voltadas para a sustentabilidade passam a ser desenvolvidas em vários países e na escola é pensada de uma maneira de criar as condições para que os alunos produzam conhecimentos e habilidades essenciais para a promoção de direitos humanos, igualdade de gênero, valorização da diversidade cultural, cidadania e a busca da paz.

O tema proposto neste artigo tem sido objeto de interesse dos pesquisadores em Geografia e tendo crescido significativamente nos dois últimos anos a produção sobre esse objeto de estudo. As investigações têm contribuído para a compreensão da relação dos jovens com o espaço público e do papel educativo e de sociabilidade que esse engendra na formação de pessoas, como direitos sociais e de apropriação da cidade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a agência de fomento, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BARRETO, E. de O.; SANTANA, S. B. Do espaço público de lazer ao espaço público do medo: o caso da Praça Waldemar Henrique na cidade de Belém (PA). **Revista Geografias**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 157–173, 2022. DOI: 10.35699/2237-549X.2020.26580. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/26580>. Acesso em: 23 set. 2023

BENDER, P. M.; GÓES, E. M. AS DISPUTAS E A LÓGICA FRAGMENTÁRIA: NOVAS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS EM CHAPECÓ - SC. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 85, p. 54–68, 2022. DOI: 10.14393/RCG238557336. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/57336>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRITO, A.C.A.G; LOPES, M.E. O papel da educação escolar para o exercício da cidadania. *Revista Primus Vitam*, nº 7, 2º semestre de 2014.

CASSAB, Clarice . OS JOVENS E A CIDADE: Relações e representações. Revista de Geografia. Recife: UFPE: DCG/NAPA, 2010. v. 27.

CAVALCANTI, Lana de Souza; ARAÚJO , Manoel Victor Peres. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA:: um conceito em foco. **ACTA Geográfica** , Boa Vista, ano 1980-5772, n. 140-159, ed. edição especial, p. 140-159, 13 nov. 2023. DOI <https://doi.org/10.18227/2177-4307.acta.v11iee.4775>. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/4775>. Acesso em: 1 out. 2023.

CLAUDINO, Sergio *et al.* **Geografia, Educação, Cidadania**. Lisboa: FCT - Fundação para Ciência e a Tecnologia, 2019. ISBN 9789726362790. DOI 1033787/CEG20190004. Disponível em: [file:///C:/Users/letic/Downloads/Geografia,%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cidadania%20\(2019\).%20Lisboa,%20Centro%20de%20Estudos%20Geogr%C3%A1ficos.%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/letic/Downloads/Geografia,%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cidadania%20(2019).%20Lisboa,%20Centro%20de%20Estudos%20Geogr%C3%A1ficos.%20(1).pdf) . Acesso em: 19 maio 2023.

ECKERT, N. H.; BRANDLI, L. L. Áreas com potencial natural no Brasil: um ensaio sobre as atividades e os usos. **Ambiente Construído**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 323–341, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/90782>. Acesso em: 13 set. 2023.

FRANCA, G. C. ESPAÇO, REPRODUÇÃO SOCIAL E PRODUÇÃO DO COMUM. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 102, p. 63–81, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1965>. Acesso em: 15 out. 2023.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos canpeg: pesquisa e ação educacionais**, [s. l.], v. 1, n. 2237-9983, ed. 1, p. 133 -139, 13 nov. 2023. DOI <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v1i1>. Disponível em: [file:///C:/Users/letic/Downloads/160-240-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/letic/Downloads/160-240-1-SM%20(1).pdf). Acesso em: 18 maio 2023.

GOMES, Marquiana de Freitas vilas boas *et al.* **Formação de Professores de Geografia no Projeto Nós Propomos! Guarapuava: Contribuições Pedagógicas para a Agenda da ONU de 2030..** [S. l.]: C&A Alfa Comunicações., 2023. 334 p. No Prelo.

GOMES, André Luis; PINTO, Neide Maria de Almeida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PEREIRA, Geraldo Magela da Cruz. Espaço público e sociabilidade em contexto de violência urbana / Public space and sociability in the context of urban violence. **Revista de Direito da Cidade**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 820–854, 2022. DOI: 10.12957/rdc.2022.54998. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/54998>. Acesso em: 13 out. 2023.

LEFEBRVE, Henri. O Direito à Cidade. 1ª ed. São Paulo, 1991.

MONTENEGRO, Luciana Araújo *et al.* Educação para a sustentabilidade na prática docente: um desafio a ser alcançado. revista EA. rio grande do norte, 2018. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3239> . Acesso em: 18/12/2022.

MORAES, Loçandra Borges De; SOUZA, Lorena Francisco De; GOMES, Marquiana De Freitas Vilas Boas; MENEZES, Priscylla Karoline De. Projeto Nós Propomos! Goiás: Construção do Pensamento Geográfico e atuação Cidadã. Goiânia / goiás: C&A Alfa Comunicações, 2021. 25 - 44 p. ISBN 978-65-89324-47-8.



OLIVEIRA, Patricia Martins; SILVA, Marcia. Praças públicas e pertencimento territorial periférico em Guarapuava/PR. **GeoSul**: Revista do Departamento de Geociências - CFH/UFCS, FLORIANÓPOLIS -SC, v. 37, n. 2177-5230, ed. 84, p. 73-94, 13 nov. 2023. DOI <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2022.e80634>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/80634/52199>. Acesso em: 30 out. 2023.

ONU – Organizações das nações Unidas – Brasil, disponível em <https://brasil.un.org/>, acesso em 15/12/2022 as 10:35hrs.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais, disponível em <http://portal.mec.gov.br/>, acesso em 10/12/2022 as 12:18 hrs.

RÉGIS, Tamara de Castro; NOGUEIRA, Ruth Emilia. Do direito à cidade ao direito à acessibilidade:: análise da acessibilidade em locais de serviços e lazer no centro de Florianópolis/SC. **GeoSul**: Revista do Departamento de Geociências - CFH/UFCS,, [s. l.], v. 36, ed. 78, p. 64-85, 13 nov. 2023. DOI //doi.org/10.5007/2177-5230.2021.e50294. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/50294/45813>. Acesso em: 21 set. 2023.

REIS, J. B. dos. Mapeando redes: jovens, territórios digitais e de moradia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 134–148, 2023. DOI: 10.5216/ag.v17i1.73270. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/73270>. Acesso em: 12 set. 2023.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Revista diálogo educacional*, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SAVELLI, Miller; GOMES, Marcos Antonio Silvestre. A DIMENSÃO SOCIOESPACIAL DAS PRAÇAS PÚBLICAS EM UBERABA-MG. **GEOGRAFIA: FUNDAÇÃO 1976**, Rio Claro - SP, v. 47, n. 1983-8700, ed. 1, 13 nov. 2023. Disponível em: file:///C:/Users/letic/Downloads/anafaviama,+GEOGRAFIA_V47_n1_02.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da; PEREIRA, Thiago Ingrassia. EDUCAÇÃO E CIDADANIA: REFLEXÕES SOBRE UM DEBATE CONTEMPORÂNEO. *Gavagai*, v. 3, n. 1, p. 13-27, 2016.

SPOSITO, Marília Pontes. Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades e regiões metropolitanas brasileiras. 1. ed. São Paulo: Global, 2007.

SOUSA, E. C. DE; BASTOS, R. S. ADEMAFIA E O SANTO AMARO: transformação social a partir do skate e da mobilização popular. **Ensaio de Geografia**, v. 9, n. 20, p. 62-94, 30 abr. 2023. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/54777. Acesso: 10 set. 2023.

SOUZA, A. F. Uma Narrativa Regressiva Dos Espaços Públicos: Refletindo Sobre A Relação Entre A Política, A Publi(Cidade) E A Priva(Cidade). **Geographia**, V. 25, N. 55, 19 Jul. 2023.

SOUZA, A. F. de. Sociabilidade pública: interação social e espaços públicos . **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. e-188940, 2022. DOI: 10.11606/issn.2179-



0892.geousp.2022.188940.

Disponível

em:

<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/188940>. Acesso em: 01 nov. 2023.

TOLEDO, Juliana Aparecida Cantarino. GEOGRAFIA | Rio Claro-SP | v.46 | n.1 | 2021 | ISSN: 1983-8700 | JOVENS RURAIS: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DO LAZER EM UM PEQUENO DISTRITO DA ZONA DA MATA MINEIRA. **GEOGRAFIA**:: FUNDAÇÃO 1976, Rio Claro - SP, v. 46, n. 1983-8700, ed. 1, 13 nov. 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/16133/12173>. Acesso em: 21 set. 2023.

UNESCO.

Disponível

em:

<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/brasil/expertise/educationsustainable-development>. Acesso dia 18/11/2022 as 15:21hrs.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; TOSI, Giuseppe. O Que é Educação para a Cidadania? Manufatura, Buonfiglio, Maria Carmela (org.) Políticas Públicas em questão: o plano de qualificação do trabalhado, 2004